Advogado Criminalista para Defesa em Crime de Estelionato Digital

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 11/05/2026



Advogado para defesa em crime de estelionato digital atua analisando provas eletrônicas, contestando evidências e garantindo os direitos do acusado para uma defesa eficaz e justa no processo criminal.

Se você busca um **advogado para defesa em crime de estelionato digital**, sabe que os desafios são únicos. Já imaginou como um profissional especializado pode fazer a diferença na sua situação jurídica?

O que caracteriza o estelionato digital

O **estelionato digital** é um crime que ocorre quando alguém utiliza meios eletrônicos, como a internet ou dispositivos digitais, para enganar outra pessoa e obter vantagens ilícitas. Essa modalidade envolve fraudes, falsificações e manipulações de dados com o intuito de causar prejuízo patrimonial à vítima.

Principais características do estelionato digital

- **Uso de tecnologia:** o crime é cometido por meio de plataformas online, e-mails falsos, sites fraudulentos, aplicativos ou mensagens instantâneas.
- **Fraude para obtenção de vantagem:** o autor engana a vítima para obter dinheiro, bens ou informações sigilosas.
- **Manipulação de informações:** podem ser alterados documentos digitais, contas bancárias eletrônicas ou dados pessoais para criar uma aparência de legitimidade.
- **Prejuízo patrimonial:** a vítima sofre danos financeiros devido à fraude eletrônica.

Para que um ato seja reconhecido como estelionato digital, é necessário comprovar a intenção de enganar e o uso de meios digitais para realizar a fraude. Isso diferencia o crime de outras fraudes tradicionais, pois o ambiente virtual permite a ação de maneira rápida e, muitas vezes, anônima.

Exemplos comuns de estelionato digital

- Phishing: envio de mensagens que parecem oficiais para roubar dados bancários.
- Falsificação de documentos digitais para abrir contas ou fazer compras online.
- Golpes em redes sociais que prometem ofertas falsas para captar dados pessoais.

Entender essas características é fundamental para identificar um possível crime e buscar a ajuda de um advogado especializado para garantir sua defesa.

Principais leis que regem o crime

de estelionato digital

O crime de **estelionato digital** é regulado por diversas normas no ordenamento jurídico brasileiro, que buscam punir as fraudes cometidas por meios eletrônicos e proteger as vítimas desses atos ilícitos.

Artigo 171 do Código Penal

O principal dispositivo legal que enquadra o estelionato digital é o **artigo 171 do Código Penal**. Ele define o estelionato como a obtenção de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, por meio de fraude. A utilização de meios digitais para enganar a vítima está contemplada neste artigo, e a pena prevista pode chegar a até cinco anos de reclusão.

Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann)

Essa lei complementa a legislação ao criminalizar invasões de dispositivos eletrônicos, o que muitas vezes está ligado a casos de estelionato digital. Invadir sistemas para obter dados sigilosos utilizados em fraudes digitais é crime e pode aumentar a gravidade da acusação.

Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)

O Marco Civil regula o uso da Internet no Brasil e traz diretrizes importantes sobre a proteção de dados e privacidade, fundamentais para coibir práticas fraudulentas e estabelecer responsabilidade em ambientes digitais.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)

A LGPD é essencial para a proteção dos dados pessoais contra

usos não autorizados, sendo que o vazamento ou uso indevido de informações pode estar relacionado a fraudes e estelionato digital.

Outras Normas Complementares

Além dessas, existem normas específicas que abordam crimes contra o sistema financeiro e regulamentações da Polícia Federal que auxiliam na investigação e punição desses crimes.

Conhecer essas leis é fundamental para quem está se defendendo de uma acusação de estelionato digital ou para quem deseja entender seus direitos.

Como um advogado criminalista atua nesses casos



Um **advogado criminalista** especializado em estelionato digital atua de forma estratégica para proteger os direitos do acusado

e garantir que ele receba um julgamento justo. O profissional analisa detalhadamente as provas, como mensagens eletrônicas, registros de acesso e documentos, para identificar possíveis inconsistências ou ilegalidades na investigação.

Atuação na fase inicial

Na fase inicial, o advogado orienta sobre os procedimentos legais, acompanha depoimentos e solicita informações às autoridades para entender a extensão das acusações. Ele também pode pedir medidas cautelares para proteger o cliente, como o afastamento de buscas e apreensões ilegais.

Defesa técnica e elaboração de estratégias

O defensor elabora estratégias com base nas particularidades do caso, que podem incluir a contestação de provas digitais, a demonstração de ausência de dolo e a validação dos direitos constitucionais do acusado. O uso de peritos especializados pode ser requisitado para analisar os dados e evidências eletrônicas.

Atuação em audiências e negociações

Durante audiências, o advogado apresenta a defesa oral, questiona testemunhas e busca garantir que o processo transcorra dentro da legalidade. Em alguns casos, pode propor acordos ou negociações para reduzir a pena, sempre buscando o melhor resultado para o cliente.

Importância do advogado especializado

O conhecimento específico sobre crimes digitais é fundamental para compreender as particularidades tecnológicas e jurídicas, garantindo que os direitos do acusado sejam preservados e que a defesa seja eficaz.

Estratégias comuns na defesa criminal para estelionato digital

Na defesa contra acusações de **estelionato digital**, o advogado utiliza diversas estratégias para garantir que o cliente tenha uma defesa eficaz e justa. A atuação é baseada na análise profunda das provas e na busca por inconsistências que possam beneficiar o acusado.

Contestação das provas digitais

Uma das principais estratégias é questionar a validade e a origem das provas eletrônicas, como mensagens, e-mails e registros de acesso. O advogado pode solicitar perícias técnicas para verificar a autenticidade dessas evidências e detectar possíveis fraudes ou manipulações.

Demonstração de ausência de dolo

O advogado pode argumentar que não houve intenção fraudulenta por parte do acusado, ponto essencial para caracterizar o crime. Mostrar que houve um erro, mal-entendido ou que a conduta não foi voluntária pode ser decisivo para a defesa.

Preservação dos direitos fundamentais

Garantir o respeito aos direitos constitucionais, como o direito à ampla defesa e ao contraditório, é fundamental. Qualquer violação processual pode ser usada para invalidar atos ou provas obtidas ilegalmente.

Negociação e acordos judiciais

Em alguns casos, o advogado pode propor acordos para reduzir penas, como o uso de acordos de colaboração ou transações penais, quando cabíveis, buscando uma solução menos gravosa para o cliente.

Uso de especialistas e peritos

Contar com peritos em informática forense é essencial para analisar evidências digitais, oferecer pareceres técnicos e auxiliar na desmontagem da acusação, reforçando a defesa.

Cuidados e direitos do acusado durante o processo

Durante o processo de acusação por estelionato digital, o acusado tem diversos direitos que precisam ser respeitados para garantir um julgamento justo e imparcial. É fundamental estar atento a esses cuidados para evitar prejuízos maiores.

Direito à ampla defesa e ao contraditório

O acusado tem garantido por lei o **direito à ampla defesa**, podendo apresentar provas e contestar as alegações feitas contra ele. O direito ao contraditório assegura que o acusado seja ouvido e que possa responder a todas as acusações.

Assistência de um advogado especializado

É essencial contar com o apoio de um advogado criminalista experiente, que orienta o cliente durante todo o processo, garantindo que seus direitos sejam resguardados e que todas as etapas legais sejam cumpridas corretamente.

Presunção de inocência

Até que haja uma sentença condenatória definitiva, o acusado é considerado inocente. Essa presunção evita que ele sofra sanções ou prejulgamentos indevidos durante o processo.

Sigilo e proteção de dados

O acusado tem direito à proteção dos seus dados pessoais e sigilo nas informações relativas ao processo, evitando

exposição injustificada e danos à sua imagem.

Cuidados durante prisões e buscas

Em casos de prisões ou buscas, é necessário que os procedimentos sejam realizados conforme a lei, com a apresentação de mandados judiciais e garantia dos direitos humanos do acusado.

Resguardar esses direitos é fundamental para uma defesa eficaz e para a garantia da justiça no processo criminal.

Considerações finais sobre a defesa em estelionato digital

Contar com um **advogado para defesa em crime de estelionato digital** é essencial para garantir que seus direitos sejam respeitados e que o processo seja conduzido com justiça. A complexidade dos crimes digitais exige conhecimento técnico e estratégico para montar uma defesa eficiente.

Entender as leis envolvidas, os cuidados no processo e as estratégias da defesa pode fazer toda a diferença no resultado do caso. Por isso, não hesite em buscar orientação especializada para proteger sua integridade e assegurar a melhor defesa possível.

FAQ – Perguntas frequentes sobre defesa em crime de estelionato digital

O que é considerado estelionato digital?

Estelionato digital é o crime de usar meios eletrônicos para enganar alguém, obtendo vantagens ilícitas e causando prejuízo à vítima.

Quais leis regem o crime de estelionato digital?

As principais leis são o artigo 171 do Código Penal, a Lei Carolina Dieckmann, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.

Como um advogado criminalista pode ajudar na defesa?

O advogado analisa provas digitais, elabora estratégias de defesa, contesta evidências e garante os direitos do acusado durante o processo.

Quais estratégias comuns são usadas na defesa de estelionato digital?

Contestação das provas digitais, demonstração de ausência de dolo, preservação de direitos fundamentais, negociações judiciais e uso de peritos especializados.

Quais direitos o acusado tem durante o processo?

Direito à ampla defesa, contraditório, presunção de inocência, sigilo dos dados pessoais e cumprimento legal em prisões e buscas.

Por que é importante ter um advogado especializado em crimes digitais?

Porque esse profissional entende as particularidades técnicas e jurídicas dos crimes digitais, garantindo uma defesa eficaz e justa para o acusado.

Fale com um especialista